

ANEXO A PORTARIA SNAP Nº 45, DE 10 DE OUTUBRO DE 1986.

NORMAS TÉCNICAS PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONTROLE LEITEIRO EM BOVÍDEOS

TÍTULO I – Da Conceituação e Objetivos

1 – A prova de controle leiteiro consiste na mensuração e correspondente registro da produção individual das vacas leiteiras, através de procedimentos metodológicos pré-estabelecidos, com a finalidade de estimar a produção de leite de gordura e, eventualmente, de outros componentes quanti-qualitativos, por lactação, visando a comparação entre indivíduos.

2 – As múltiplas finalidades do controle leiteiro, estruturado como “prova zootécnica”, podem ser sintetizados em seleção manejo, pesquisa e publicidade.

3 – O controle leiteiro, realizado com fins de seleção, objetiva a identificação dos reprodutores (machos e fêmeas), capazes de gerar populações com maior potencial genético e capacidade de adaptação, para melhorar a eficiência econômica do processo produtivo.

TÍTULO II – Das Competências e Atribuições das Organizações

1 – Das Organizações Estaduais (Associações de Criadores e/ou outras instituições)

a) promover, orientar e coordenar a execução da prova de controle leiteiro, através de núcleos regionais de prestação de serviço;

b) promover o retorno aos criadores, das informações zootécnicas geradas em todos os níveis de processamento;

c) remeter mensalmente, até o 30º dias do mês subsequente, cópia do relatório, conforme classes de idade, de cada raça, número de ordenhas e duração da lactação (divisão de até 305 dias e maior que 365 dias), às associações nacionais de criadores;

d) conscientizar os criadores da importância de participarem efetivamente nos trabalhos de melhoramento;

e) orientar os criadores, sob os aspectos de manejo, de nutrição, de melhoramento genético e critérios de seleção dos animais;

f) promover a execução dos acasalamentos especiais para geração de futuros reprodutores;

g) promover a realização das análises de gordura e, eventualmente, de outros componentes quanti-qualitativos das amostras de leite coletadas;

h) promover o processamento das informações zootécnicas provenientes dos Serviços de Controle Leiteiro dos núcleos regionais, através de programa de crítica e consistência dos dados, de acordo com a orientação do Centro Nacional de Processamento de Dados, visando a emissão de relatórios de desempenho.

i) remeter cópia gravada dos resultados das informações processadas ao Centro Nacional de Processamento de Dados, mensalmente até o 30º dia do mês subsequente, para cálculo das estimativas de índices genéticos de vacas e touros;

j) manter controladores suplentes para toda e qualquer eventualidade, a fim de que o serviço de controle leiteiro não sofra, solução de continuidade;

k) proceder os controle leiteiros de inspeção em todos os rebanhos e os testes de funcionamento dos equipamentos utilizados pelos núcleos regionais de prestação de serviços, pelo menos uma vez ao ano;

l) treinar e credenciar os controladores dos Serviços de Controle Leiteiro dos núcleos regionais;

m) responder legalmente pelos serviços prestados ao Ministério da Agricultura e as Associações Nacionais de Criadores; e

n) informar ao Serviço de Acompanhamento das Políticas de Produção das Delegacias Federais de Agricultura, os planos de execução do Serviço de Controle Leiteiro dos núcleos regionais sob sua jurisdição.

2 – Das Associações Nacionais de Criadores

- a)divulgar os resultados das estimativas genéticas dos reprodutores avaliados e os resultados das estimativas genéticas de 30% das melhores vacas avaliadas, com base nas publicações oficiais;
- b)orientar seus associados na planificação dos acasalamentos especiais, com base nos relatórios emitidos pelo Centro Nacional de Processamento de Dados, para a geração de futuros reprodutores (machos e fêmeas);
- c)implantar a automação dos pedigrees, para facilitar o acesso às informações relacionadas com os dados de produções totais das lactações encerradas e os resultados das análises de estimativas do valor genético dos animais registrados;
- d)definir as classes e divisões das lactações para fins de elaboração e publicação dos relatórios das lactações encerradas;
- e)definir a classificação de títulos, tais como “Escol” , “ Mérito”, “Reprodutora Emérita”, etc... para as publicações promocionais;
- f)remeter semestralmente, ao Centro Nacional de Processamento de Dados, relação dos touros jovens, produtos de cruzamentos especiais, com identificação genealógica até a terceira geração de ascendentes, para cálculo do índice genético e/ou do índice de pedigree.

3 – Do Centro Nacional de Processamento de Dados – CNPGL/EMBRAPA/MA

- a)assessorar científica e tecnologicamente a estruturação, a organização e execução dos Programas Integrados Estaduais e dos Programas Independentes de Melhoramento Genético;
- b)proceder as avaliações genéticas de vacas e touros pelas características de interesse econômico;
- c)avaliar periodicamente os Programas Integrados Estaduais e os Programas Independentes de Melhoramento Genético, sob os aspectos de progressos alcançados, de estudos das tendências das características relacionadas, de eficiência da estratégia adotada e de compatibilização dos objetivos estabelecidos com os interesses do mercado, com a participação de representantes das comissões desses Programas;
- d)emitir relatórios anuais de avaliações genéticas de vacas e touros, pelas características de interesse econômico;
- e)promover o desenvolvimento de pesquisas a partir das informações armazenadas
- f)emitir relatórios anuais dos Planos de Acasalamentos Genéticos, com base nas informações disponíveis;
- g)colocar à disposição das instituições de ensino, de pesquisa e de extensão, o Arquivo Zootécnico Nacional, para fins de desenvolvimento de estudos técnico-científicos;
- h)proceder as estimativas da capacidade de transmissão genética dos touros jovens, oriundos dos acasalamentos especiais, a partir das informações do pai, da mãe e do avô materno.

4 – Da Secretaria de Produção Animal – SNAP/MA

- a)planejar, organizar e acompanhar as atividades inerentes ao processo tecnológico;
- b)promover, coordenar e fiscalizar os serviços de provas zootécnicas e de processamento das informações, desenvolvidas a nível estadual por instituições integradas ao sistema de melhoramento;
- c)publicar e divulgar, periodicamente, os resultados das avaliações de estimativas genéticas de vacas e touros elaborados pelo Centro Nacional de Processamento de Dados; e
- d)credenciar e manter contratos de prestação de serviços por prazos determinados, com as organizações estruturadas para a execução do Serviço de Controle Leiteiro, a nível estadual.

TÍTULO III – DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1 – Para efeito de reconhecimento oficial de ser adotado um dos seguintes métodos de controle leiteiro;

- a)Mensal: aplicado ao sistema de duas ou três ordenhas, realizado mensalmente, admitindo-se um intervalo entre os controles, de 15 a 45 dias, impondo-se a aferição do total de leite produzido no período de 24 horas;

- b) Mensal alternado: aplicado ao sistema de duas ordenhas realizado mensalmente, admitindo-se um intervalo entre os controles, de 15 a 45 dias, impondo-se a mensuração do leite produzido, da ordenha da manhã da tarde, alternadamente, a cada visita;
- c) Bimestral: aplicado ao sistema de duas ou três ordenhas, realizado a cada dos meses, admitindo-se um intervalo entre os controle, de 45 a 75 dias, impondo-se a aferição do total de leite produzido no período de 24 horas;
- 2 – Para efeito da realização do controle leiteiro, nenhum método pode ser utilizado sem a prévia aprovação do Ministério da Agricultura, ouvida a Comissão Nacional de Melhoramento Genético;
- 3 – Qualquer que seja o método utilizado, as mensurações devem ser aplicadas em todas as vacas em lactação do rebanho, e os controle somente realizados por controladores credenciados pelas organizações estaduais responsáveis pelo Serviço de Controle Leiteiro;
- 4 – Somente pode ser permitida a prática de um dos métodos de controle leiteiro para o mesmo rebanho;
- 5 – O Serviço de Controle Leiteiro deve ser efetuado no horário habitual da ordenha do rebanho, exceto nas propriedades que adotam, como norma, a prática de uma ordenha;
- 6 – Nos casos em que se adota uma ordenha como rotina, no dia do controle, realizar-se á duas ordenhas, compatibilizando-se o horário da ordenha da tarde como o da ordenha de esgota do dia anterior;
- 7 – No caso de propriedade que adotam ordenha com bezerro ao pe, esta rotina deve ser obedecida no dia do controle;
- 8 – O número de ordenhas diárias a ser realizado rotineiramente pelo criador, será livre até o 45º dia de lactação. A partir de então, o criador optará pela rotina de duas ou três ordenhas diárias;
- 9 – A organização responsável pelo Serviço de Controle Leiteiro deve elaborar os planos de visitas e colocá-los, antecipadamente, à disposição dos controladores, supervisores e das Delegacias Federais de Agricultura, observando a alternância.

TÍTULO IV – DAS NORMAS TÉCNICAS DE EXECUÇÃO

- 1 – Das responsabilidades e privilégios do criador:
- a) para se beneficiar do controle leiteiro oficial, o criador deve associar-se ao Serviço das Organizações Estaduais, técnico-administrativamente estruturados com este fim, através de núcleos regionais, concordando com as normas de execução;
- b) para possibilitar as informações dos controladores, no exercício de suas, o criador, deve manter, um arquivo zootécnico próprio para consultas;
- c) todas as vacas do rebanho devem ser relacionadas para inscrição no serviço de Controle Leiteiro, com detalhamento de identificação, bem como com informação do horário habitual de ordenha, par apreciação, por ocasião da visita do controlador;
- d) o criador deve aceitar, sem prévio aviso, as visitas do controlador e/ou supervisor para a execução do controle leiteiro, nos casos de controle sem ordenha de esgotamento;
- e) caso o criador seja informado da data da visita do controlador, pelo Serviço de Controle Leiteiro, será obrigatório a ordenha de esgotamento para a execução do controle leiteiro;
- f) o criador é responsável pela idoneidade das informações prestadas ao controlador, por ocasião da visita do controle leiteiro;
- g) o criador pode comunicar, antecipadamente, por escrito, à organização responsável pelo Serviço do Controle Leiteiro, as datas não recomendáveis para as visitas do controlador, com caracterização dos motivos, acatando, contudo, decisão sobre a alteração do plano de visitas;
- h) em casos excepcionais, o criador pode solicitar, por escrito, o reteste do rebanho, ao Serviço de controle leiteiro, até quinze dias decorridos da realização do último controle, com a devida justificativa, ficando o julgamento da necessidade à critério da Organização responsável pela execução dos trabalhos;
- i) o criador obriga-se a notificar ao Serviço de Controle Leiteiro, sempre que ocorrer surto de doenças infecto-contagiosas no seu rebanho;
- j) o criador deve facilitar o trabalho de identificação dos animais, auxiliando o controlador nesta tarefa;

k) o criador deve arcar com as despesas de alimentação e hospedagem do controlador e/ou supervisor, no exercício de suas funções, sempre que estes forem obrigados a pernoitar no local desses serviços;

l) o criador inscrito no controle leiteiro receberá;

1 – Relatório periódicos, contendo as seguintes informações de seu rebanho;

- cálculo de produção por lactação;

- intervalo entre partos;

- idade ao primeiro parto;

- vida útil produtiva;

- médias de rebanho, e

- índices genéticos e capacidade de produção dos animais.

2 – Certificação do índice genético de seus animais pelo valor genético positivo, no caso dos machos, e, quando estiverem incluídas entre as 30% melhores vacas da população estadual, no caso das fêmeas.

3 – Oportunidade de ter bezerros certificados para ingresso no teste de progênie de touros ou comercialização privilegiada, desde que os pais sejam positivos e as mães estejam entre as 30% melhores vacas da população estadual controlada.

2 – Da identificação dos animais a serem controlados

a) os animais devem ser identificados, obrigatoriamente, antes do início do Serviço de Controle Leiteiro, fazendo-se uso do registro genealógico ou de fichas de identificação com o n do brinco;

b) os números de identificação dos animais transcritos nas planilhas de anotação dos dados zootécnicos do rebanho podem ser os mesmos atribuídos pelo Serviço de Registro, Genealógico ou os números próprios dos Serviços de Controle Leiteiro;

3 – Dos Controladores e Supervisores

a) Os controladores e/ou supervisores, no exercício de suas atividades, terão de: ser treinados, considerados aptos e credenciados pela Organização Estadual responsável pelos serviços;

b) manter guardados em locais seguros, as amostras de leite para análises e as planilhas que contém dados coletados nas propriedades;

c) manter, confidencialmente, as informações de desempenho dos rebanhos controlados;

d) observar, rigorosamente, todas as normas e os regulamentos do Serviço de Controle Leiteiro;

e) assinar os relatórios de controle, juntamente com o criador ou seu preposto, certificando-se de que todas as normas foram cumpridas, deixando uma cópia em poder deste;

f) identificar, no mínimo e ao acaso, vinte por cento do rebanho, em cada visita, e fazer uma checagem completa dos animais, pelo menos uma vez por ano, notificando ao criador e ao Serviço de Controle Leiteiro, as irregularidades observadas;

g) anotar toda e qualquer ocorrência observada nos animais, individualmente, por ocasião da visita (ex.: parto, secagem, venda, doença, aborto, animais que irão participar de exposições etc.);

h) anotar o sistema de alimentação e especificar os componentes e as quantidades oferecidas;

i) aferir a tara das balanças e dos baldes, assim como dos demais equipamentos;

j) presenciar a ordenha de todas as vacas do rebanho, ficando a seu critério o número de vacas a serem ordenhadas simultaneamente;

k) executar o Serviço de Controle Leiteiro somente em rebanhos cujos proprietários não tenham consigo qualquer grau de parentesco.

4 – Da colheita, conservação e análise das amostras de leite

a) as amostras de leite, para determinação de matéria gordurosa e/ou protéica, devem ser colhidas individualmente, representarem a produção de 24 horas e serem proporcionais ao intervalo entre as ordenhas (amostra composta);

b) o leite deve ser homogeneizado, evitando-se, porém, movimentos de rotação antes da colheita de amostra;

- c)os frascos para colheita das amostras de leite, devem ser identificados por ocasião do controle leiteiro;
- d)no caso de perda da amostra de leite, do primeiro ou do último controle, usa-se os valores obtidos do segundo e do penúltimo controle, respectivamente, como estimativas daquelas amostras;
- e)no caso de perda de amostra de controle intermediário, estima-se o valor desta, usando-se a média dos controles anterior e posterior;
- f)as amostra de leite coletados podem ser analisadas na própria fazenda ou em laboratórios centrais de análises;
- g)permite-se a adição de conservantes nas amostras de leite (ex: dicromato de potássio);
- h)as estimativas de teores dos componentes do leite (gordura, proteínas, etc) devem ser a partir dos métodos convencionais de análise.

5 – Das mensurações e expressões dos resultados da lactação

- a)nos casos de transferências de animais entre rebanhos submetidos ao controle leiteiro oficial, desde que o período entre os controle não exceda a 75 dias, as informações devem ser consideradas para fins de cálculo de lactação;
- b)durante os serviços de controle, os resultados da pesagem do leite são expressos em quilogramas, com uma casa decimal e transcritos pelo próprio controlador em formulário apropriado;
- c)o controlador leiteiro será executado em todos os animais em produção no rebanho;
- d)o primeiro controle da lactação não deve iniciar-se até o quinto dia pós-parto, porém, para cálculo da duração a ser considerado deve ser o dia subsequente ao parto;
- e)nas propriedades equipadas com ordenhadeiras mecânicas de fluxo contínuo, podem ser utilizados medidores volumétricos de fluxo lácteo para mensuração do leite produzido, desde que sejam previamente aferidas pelo Serviço de Controle Leiteiro, anotando-se a respectiva observância em planilha;
- f)nos casos de reteste pelo serviço de Controle Leiteiro, os dados podem substituir os do controle anterior, à critério da Organização responsável pela execução do serviço;
- g)os controles leiteiros de inspeção devem ser sempre precedidos da ordenha de esgotamento;
- h)pode ser considerada como causa de encerramento de lactação:
 - 1 – secagem pré-parto (60 dias antecedentes ao parto);
 - 2 – secagem por baixa produção, até o mínimo de 2,0 Kg;
 - 3 – aborto após o nono mês de lactação, com início de nova lactação;
 - 4 – doença, morte ou venda do animal;
 - 5 – morte do bezerro;
 - 6 – parto subsequente, sem período seco;
 - 7 – glândulas mamárias perdidas por mastite;
- i)quando o animal afastado do Serviço de Controle Leiteiro, a data de encerramento da lactação será de quinze dias após a data do último controle;
- j)as lactações não podem ser consideradas, quando o intervalo entre dois controles consecutivos for superior a 45 dias, para método mensal, e 75 dias, para o bimestral;
- k)ao final de cada lactação deve ser calculada a gordura total e a produção até 305 dias, em duas ordenhas, de acordo com os resultados dos controles leiteiros, computando-se:
 - quantidade de leite em quilograma;
 - quantidade de gordura em quilograma (opcional);
 - quantidade de proteína em quilograma (opcional);
 - percentagem média de gordura (opcional);
 - porcentagem média de proteína (opcional).
- l) dependendo da causa de encerramento da lactação, esta pode ser calculada, desde que o animal tenha sido submetido a um mínimo de três controles;
- m)a quantidade de leite produzido deve ser calculada de acordo com a seguinte expressão:

$$P_T = C_1 \times E_1 + i^{EN} = 1 \left[(C_1 + C_i + I) / 2 \right] \times E_1 + C_n \times E_n \text{ (expressão 1)}$$
 onde:
 - P_t = Produção total de leite
 - C_i = Produção de leite obtido no enésimo controle leiteiro;
 - n = Número de controles realizados

E_L = Intervalo entre as datas do parto e do primeiro controle (em dias)

E_i = Intervalo entre dois controles consecutivos (em dias)

n) a produção de leite em até 305 dias – (P305) deve ser obtido da seguinte forma:

1 – nos casos em que a duração de lactação for inferior ou igual a 305 dias, esta deve ser igual produção total;

2 – nos casos em que a duração da lactação for superior a 305 dias, esta deve ser calculada pela expressão acima, considerando-se apenas os controles dentro do período compreendendo entre o parto e 305^a dia de lactação;

o) as quantidades de gordura e de proteína do leite devem ser calculadas usando-se a expressão 1, substituindo-se C_i por G_i , que corresponde ao teor de gordura (% G_1) e multiplicando-se pela quantidade de leite produzido (C_i);

p) a porcentagem de gordura e/ou de proteína na lactação deve ser calculada usando-se a seguinte expressão:

$$\% G \text{ ou } P = \frac{\text{Quantidade de Gordura ou Proteína} \times 100}{\text{Quantidade de Leite}}$$

q) a duração real da lactação deve ser calculada pela diferença entre as datas da secagem e do parto:

r) nos casos de avaliação genética, as produções por lactação devem ser standardizadas em 305 dias, sobre duas (02) ordenhas e na idade adulta;

6 – Das Fraudes e Sanções

a) os criadores que não adotarem o controle leiteiro dentro das diretrizes estabelecidas nestas normas não terão seus rebanhos reconhecidos oficialmente em controle, e, conseqüentemente, seus animais não poderão ser avaliados geneticamente;

b) serão passíveis de sanções, que vão desde a anulação, parcial ou total dos dados registrados, até a sua exclusão do Serviço de Controle Leiteiro, os criadores que adotaram práticas não permitidas como:

b.1 – administração de qualquer drogas ou estimulantes aos animais, por ocasião do controle leiteiro;

b.2 – uso de quaisquer produtos farmacológicos, que interfiram no funcionamento da glândula tiróide do animal em controle;

b.3 – uso de oxitocina, no dia anterior ou durante o controle leiteiro dos seus animais;

b.4 – tratamento preferencial de manejo e alimentação, entre os animais;

b.5 – quaisquer outros métodos ou artifícios que interfiram na produção de leite, obtida normal e rotineiramente.

(of. nº 41/86)